

- c) Promover, na sala de aula e fora dela, actividades dirigidas à apropriação dos valores da identidade açoriana;
- d) Rentabilizar a geo-estratégia dos Açores para a organização de actividades e estruturação de saberes escolares.

17. Avaliar funcionalmente os diferentes registos linguísticos regionais participar na valorização e actualização do património linguístico regional.

Acções a desenvolver por cada professor:

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorizar a língua portuguesa como veículo de identidade regional e local.</li> <li>• Articular a língua com a construção de uma identidade própria.</li> <li>• Avaliar os diferentes registos linguísticos em contexto.</li> </ul>	<p><i>A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências.</i></p>

- a) Criar situações de aprendizagem que permitam ao aluno articular a sua língua com a sua memória e identidade individual;
- b) Organizar momentos de comparação/contraste da língua materna e da identidade regional com uma língua estrangeira e a respectiva identidade colectiva;
- c) Trabalhar áreas vocabulares específicas por referência a determinados fenómenos regionais e locais;
- d) Avaliar a adequação dos diferentes registos linguísticos enfatizando o valor positivo dessas diferenças em função dos contextos específicos;
- e) Organizar momentos de recolha de diferentes registos linguísticos em documentos escritos e orais;
- f) Articular os saberes escolares, no âmbito da língua portuguesa, com saberes linguísticos decorrentes das experiências dos alunos.

### Resolução n.º 125/2004

de 9 de Setembro

A Região Autónoma dos Açores é proprietária de um pequeno prédio urbano, sito à Rua da Ribeira, na Ribeira Quente, concelho da Povoação, de que não necessita e ao qual não é dada qualquer utilização.

O referido prédio confronta com o edifício da Lota daquela freguesia, razão pela qual, pela presente Resolução, se transfere a propriedade do mesmo para a empresa pública regional que gere as lotas da Região, tendo em vista a reutilização da área em que se encontra implantado.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e ao abrigo do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, conjugado com o n.º 3 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2004/A, de 28 de Janeiro, o Conselho do Governo resolve:

- 1 - Ceder, a título definitivo e gratuito, à Lotaçor, EP, o prédio urbano, com a área total de 104 m<sup>2</sup>, sito à Rua da Ribeira, freguesia da Ribeira Quente, concelho da Povoação;
- 2 - O prédio referido no número anterior encontra-se inscrito nos Serviços de Finanças da Povoação, em nome da Região, sob o artigo urbano 309.º, descrito

na Conservatória do Registo Predial da Povoação com o n.º 251/101095, e inscrito a favor da Região pela inscrição G1, Ap. 02/101095;

- 3 - A Lotaçor, EP, fica com o encargo de compensar o Fundo de Assistência Social dos Pescadores num montante correspondente a 50% do valor da última avaliação do imóvel, tendo em conta que aquele Fundo participou na aquisição, pela Região, do citado imóvel, na mencionada percentagem;
- 4 - O auto de cessão será elaborado pela Direcção de Serviços do Património, o qual constitui título bastante para efeitos de registo.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Ponta Delgada, 30 de Agosto de 2004. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.

### Resolução n.º 126/2004

de 9 de Setembro

O Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A, de 24 de Agosto, regulamentou, na parte referente aos bens móveis e

imóveis, o estabelecido na Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro), estabelecendo os procedimentos e a forma de classificação daqueles bens e as medidas de protecção a que ficam sujeitos.

Os artigos 57.º a 59.º daquele Decreto Legislativo Regional procedem à conversão das classificações preexistentes para as novas tipologias estabelecidas pela Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, enquanto o seu artigo 60.º determina que o Governo Regional publica a lista dos imóveis classificados à data de entrada em vigor do referido diploma, integrados nas novas categorias. É esse o objecto da presente Resolução.

Nos termos do n.º 1 do artigo 60.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A, de 24 de Agosto, o Conselho do Governo resolve:

1. A listagem dos imóveis classificados sitos na Região Autónoma dos Açores é a constante no anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante.
2. Por ter sido derrubado por uma tempestade, é eliminado do registo a classificação de um exemplar de eucalipto (*Eucalyptus globulus* Labill.), sito no lugar do Lameiro, Ribeirinha, concelho da Ribeira Gran-

de, classificado por despacho publicado no Diário do Governo, II Série, n.º 238, de 14 de Outubro de 1970.

3. Sendo pertença de uma comunidade religiosa, por força do n.º 5 do artigo 94.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, são reclassificados como imóveis de interesse público:

- a) A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Santa Cruz, Santa Cruz das Flores;
- b) Ermida de Nossa Senhora da Paz, S. Miguel, Vila Franca do Campo.

4. São revogadas:

- a) Portaria n.º 23/77, de 20 de Agosto;
- b) Portaria n.º 14/78, de 14 de Março;
- c) Resolução n.º 168/91, de 5 de Setembro;
- d) Resolução n.º 187/98, de 6 de Agosto;
- e) Resolução n.º 220/98, de 5 de Novembro.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Ponta Delgada, 30 de Agosto de 2004. - O Presidente do Governo Regional, Carlos Manuel Martins do Vale César.

### Anexo

#### Listagem dos imóveis classificados e diploma classificador

##### Ilha de Santa Maria

##### Concelho de Vila do Porto – Conjunto de Interesse Público

Bem classificado	Diploma
Zona Classificada de Vila do Porto, Vila do Porto	Decreto Legislativo Regional n.º 22/92/A, de 21 de Outubro

##### Concelho de Vila do Porto – Imóveis de Interesse Público

Bem classificado	Diploma
Igreja de Santo Espírito, Santo Espírito	Decreto n.º 41 191, de 18 de Julho de 1957
Casa do 3.º Donatário, Vila do Porto a)	Decreto n.º 44 452, de 5 de Julho de 1962
Convento e Igreja de S. Francisco, Vila do Porto a)	Decreto n.º 251/70, de 3 de Junho
Prédio na Rua Teófilo Braga, 124, Vila do Porto a)	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Ermida de Nossa Senhora dos Anjos, S. Pedro	Resolução n.º 58/2001, de 17 de Maio
<del>a) Classificação consumida por inclusão na Zona Classificada de Vila do Porto.</del>	

**Concelho de Vila do Porto – Imóveis de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
Moinho de Vento da Lapa, Santo Espírito	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento da Lapa de Cima, Santo Espírito	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento do Arrebetão, Santa Bárbara	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água da Ribeira Grande, Vila do Porto	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água do Calhau da Roupa, Vila do Porto	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água de Santa Bárbara, Estrada Regional, Santa Bárbara	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro

**Ilha de São Miguel****Concelho de Ponta Delgada – Imóveis de Interesse Público e Monumento Regional**

Bem classificado	Diploma
Palácio de Santana e seu parque anexo, São Sebastião	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril, e Resolução n.º 107/2000, de 6 de Julho.

**Concelho de Ponta Delgada – Imóveis de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
Igreja de Nossa Senhora da Conceição, São José	Decreto n.º 37 450, de 16 de Junho de 1949
Igreja do Colégio dos Jesuítas, São Sebastião	Decreto n.º 39 175, de 17 de Abril de 1953
Convento da Esperança, São José	Decreto n.º 39 175, de 17 de Abril de 1953
Portas da Cidade, São Sebastião	Decreto n.º 39 175, de 17 de Abril de 1953
Convento de Santo André, São Sebastião	Decreto n.º 39 175, de 17 de Abril de 1953
Igreja de São José e seu claustro, São José	Decreto n.º 39 175, de 17 de Abril de 1953
Igreja Matriz de São Sebastião, São Sebastião	Decreto n.º 39 175, de 17 de Abril de 1953
Castelo de São Brás, São José	Decreto n.º 39 175, de 17 de Abril de 1953
Solar dos Condes de Albuquerque e jardim anexo, Rua do Contador, 2-10, São Sebastião	Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro
Palácio de Fonte Bela (Escola Secundária Antero de Quental), São José	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Igreja e Recolhimento de Santa Bárbara, São Sebastião	Resolução n.º 98/80, de 16 de Setembro
Palácio da Conceição, São José	Resolução n.º 68/81, de 28 de Julho
Prédio no Campo de São Francisco, 15-19, São José	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Prédio na Rua Dr. Luís Bettencourt, 24-28, São Sebastião	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Prédio (incluindo o granel) na Rua Marquês da Praia e Monforte, 12 a 36, S. José	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Prédio na Rua Marquês da Praia e Monforte, 33-37, S. José	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril

Prédio na Rua do Melo, 62, São Sebastião	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Prédio na Rua Dr. Guilherme Poças, 14, S. Sebastião	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Escola Roberto Ivens, Rua do Mercado, 5, S. Pedro	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Prédio no Largo Mártires da Pátria, 15-19, S. José	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Solar S. Joaquim, Rua São Joaquim, 12, S. Sebastião	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Solar de Nossa Senhora do Parto, Rua de S. Francisco Xavier, S. José	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Solar de Santa Catarina, Rua Direita de Santa Catarina, S. José	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Prédio na Rua Margarida Chaves, 28, S. Sebastião	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Solar das Laranjeiras, Rua Direita das Laranjeiras, S. Pedro	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Prédio na Rua Ernesto do Canto, 25-33, S. Pedro	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Prédio na Rua Direita, 97, Fajã de Baixo	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Igreja Paroquial de São Pedro, S. Pedro	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Ermida de São Brás, São Sebastião	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Ermida e Ruínas do Recolhimento de Sant'Ana, S. Sebastião	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Igreja Paroquial de Nossa Senhora dos Anjos, Fajã de Baixo	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Prédio anexo à Igreja do Colégio, Largo do Colégio, S. Sebastião	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Prédio na Canada das Necessidades, Livramento	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Convento de Belém, Prestes, São Roque	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Imóvel na Rua Agostinho Pacheco, S. José	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Palácio José do Canto, jardim e estufa, Rua José do Canto, 9; S. Sebastião	Resolução n.º 144/95, 10 de Agosto
Solar de Nossa Senhora do Bom Sucesso, Rua Direita do Ramalho; Santa Clara	Resolução n.º 74/2000, de 20 de Abril
Teatro Micaelense, S. Sebastião	Resolução n.º 35/2002, de 7 de Fevereiro

**Concelho de Ponta Delgada – Imóveis de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
Metrosídero ( <i>Metrosiderus tomentosa</i> A. Cunn.), Campo de S. Francisco, S. José	Despacho publicado no Diário do Governo, II Série, n.º 126, de 28 de Maio de 1965
Árvore-da-borracha ( <i>Ficus</i> sp.), Jardim António Borges, Bairro da Vitória, S. José	Despacho publicado no Diário do Governo, II Série, n.º 238, de 14 de Outubro de 1970
Solar Scholtze/Berquós, Rua José do Canto, 9; S. Sebastião	Resolução n.º 18/93, de 11 de Fevereiro

Solar do Carmo, Rua da Glória, Livramento	Resolução n.º 18/93, de 11 de Fevereiro
Moinho de Vento do Pico do Cavalo, Ginetes	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento do Pico Vermelho, Ajuda da Bretanha	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Venho da Rua da Praça, Vila de Capelas	Resolução n.º 79/97, de 10 de Abril
Moinho de Vento da Estrada Nova do Socorro, Candelária	Resolução n.º 89/2000, 4 de Maio
Imóvel na Rua Domingos da Silva Costa, Pópulo de Cima, Livramento	Resolução n.º 172/2000, de 12 de Outubro
Quinta da Abelheira de Cima, casa, jardim e anexos, Caminho da Abelheira de Cima, 120, Fajã de Baixo	Resolução n.º 139/2001, de 4 de Outubro

**Concelho de Vila Franca do Campo – Imóveis de Interesse Público**

Bem classificado	Diploma
Igreja Paroquial de S. Pedro, S. Pedro	Decreto n.º 47 508, de 24 de Janeiro de 1967
Ermida de Santa Catarina, São Miguel	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Ermida de Nossa Senhora da Paz, S. Miguel a)	Resolução n.º 168/91, de 5 de Setembro
Igreja e Convento de São Francisco, S. Pedro	Resolução 221/96, de 26 de Setembro

a) Reclassificado por força do n.º 5 do artigo 94.º da Lei n.º 107/2004, de 8 de Setembro.

**Concelho de Vila Franca do Campo – Imóveis de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
4 dragoeiros ( <i>Dracaena draco</i> L.) no lugar da Praia, freguesia de Água de Alto	Decreto Legislativo Regional n.º 8/82/A, de 14 de Junho, regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 30/83/A, de 22 de Julho
Olaria e forno anexo, Rua Padre Lucindo, São Pedro	Resolução n.º 89/88, de 10 de Maio

**Concelho de Lagoa – Imóveis de Interesse Público**

Bem classificado	Diploma
Ermida de Nossa Senhora dos Remédios, Remédios	Resolução n.º 98/80, de 16 de Setembro
Solar da Atalhada, Atalhada, Rosário	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Convento dos Frades, Santa Cruz	Resolução n.º 55/2001, de 17 de Maio
Ermida de Nossa Senhora do Cabo (Nossa Senhora da Estrela), Rosário	Resolução n.º 106/2001, de 2 de Agosto

**Concelho de Lagoa – Imóveis de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
Casa da Rocha Quebrada, Estrada Regional, Atalhada, Rosário	Resolução n.º 188/98, de 6 de Agosto
Casa e Ermida de Nossa Senhora do Pópulo, Pópulo Cima 15, Rosário	Resolução n.º 103/2000, de 6 de Julho
Calçada-Mirante da Quinta da Laranja, Canada dos Padres, Rosário	Resolução n.º 23/2002, de 10 de Janeiro
Solar da Rocha Quebrada, Rua da Rocha Quebrada, Atalhada, Rosário	Resolução n.º 173/2002, de 24 de Outubro

**Concelho da Povoação – Imóveis de Interesse Público**

Bem classificado	Diploma
Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Praça Velha, Mãe de Deus, Vila da Povoação	Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro
Capela de Nossa Senhora das Vitórias (José do Canto), Lagoa das Furnas, Furnas	Resolução n.º 187/98, de 6 de Agosto e Resolução n.º 56/2001, de 17 de Maio

**Concelho da Povoação – Imóveis de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
Sequóia ( <i>Sequoia sempervirens</i> (D. Don.) Endlicher), Lugar do Torninho, Furnas	Despacho publicado no Diário do Governo, II Série, n.º 238, de 14 de Outubro de 1970
Casa e Parque das Murtas, Vale das Furnas, Furnas	Resolução n.º 144/97, de 31 de Julho
Edifício dos Paços do Concelho, Mãe de Deus, Vila da Povoação	Resolução n.º 25/98, de 29 de Janeiro

**Concelho da Nordeste – Imóveis de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
Moinho de Água 1 (pertença da Câmara Municipal do Nordeste), Ribeira dos Caldeirões, Achada	Resolução n.º 79/97, de 10 de Abril
Moinho de Água 2 (pertença da Câmara Municipal do Nordeste), Ribeira dos Caldeirões, Achada	Resolução n.º 79/97, de 10 de Abril
Moinho de Água 3 (pertença da Câmara Municipal do Nordeste), Ribeira dos Caldeirões, Achada	Resolução n.º 79/97, de 10 de Abril
Moinho de Água 1 (pertença da Câmara Municipal do Nordeste), Ribeira do Guilherme, S. Jorge, Vila de Nordeste	Resolução n.º 79/97, de 10 de Abril
Moinho de Água 2 (pertença da Câmara Municipal do Nordeste), Ribeira do Guilherme, S. Jorge, Vila de Nordeste	Resolução n.º 79/97, de 10 de Abril
Casa de habitação e anexos, Rua David Dias Pimentel, Algarvia	Resolução n.º 199/2002, de 26 de Dezembro

**Concelho de Ribeira Grande – Imóveis de Interesse Público**

Bem classificado	Diploma
Igreja Matriz Nossa Senhora da Estrela, Matriz	Decreto n.º 39 175, de 17 de Abril de 1953
Igreja da Misericórdia, Matriz	Decreto n.º 39 175, de 17 de Abril de 1953
Ermida de Nossa Senhora da Conceição das Vinhas (Estrada da Ribeira Grande), Rabo de Peixe	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Paços do Concelho da Ribeira Grande, Matriz	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Solar da Mafoma, Rua Dr. Hermano da Silva Mota s/n, Ribeira Seca	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril

Igreja e Claustro do Convento de São Francisco, Conceição	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Solar de Nossa Senhora do Vencimento, Rua do Vencimento s/n, Conceição	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Teatro Ribeiragrandense, Matriz	Resolução n.º 152/89, de 5 de Dezembro

**Concelho da Ribeira Grande – Imóveis de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
Casa das Calhetas, Rua da Boa Viagem, s/n, Calhetas	Resolução n.º 18/93, de 11 de Fevereiro
Sede da Sociedade Filarmónica Progresso Norte, Largo 1.º de Dezembro, Rabo de Peixe	Resolução n.º 9/2000, de 27 de Janeiro
Casa, ermida e treatro da Quinta de Nossa Senhora dos Prazeres, Rua dos Prazeres, 41; Pico da Pedra	Resolução n.º 174/2002, de 24 de Outubro

**Ilha Terceira**

**Concelho de Angra do Heroísmo – Conjunto de Interesse Público, Monumento Regional, Monumento Nacional e Património Mundial**

Bem classificado	Diploma
Zona Central da Cidade de Angra do Heroísmo	Decreto Legislativo Regional n.º 15/84/A, de 13 de Abril e Decreto Legislativo Regional n.º 29/99/A, de 31 de Julho, ambos revogados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2004/A, de 6 de Abril.
Sé Catedral do Santíssimo Salvador, Sé a)	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho

a) Classificação consumida por inclusão na Zona Classificada de Angra do Heroísmo.

**Concelho de Angra do Heroísmo – Imóveis de Interesse Público**

Bem classificado	Diploma
Igreja de São João Baptista do Castelo, Fortaleza e Muralhas, Sé a)	Decreto n.º 32 973, de 18 de Agosto de 1943
Igreja Matriz de São Sebastião, São Sebastião	Decreto n.º 38 147, de 5 de Janeiro de 1951
Ermida de Nossa Senhora da Boa Nova, Sé a)	Decreto n.º 44 675, de 9 de Novembro de 1962
Ermida do Espírito Santo, Sé a)	Decreto n.º 45 327, de 25 de Outubro de 1963
Convento São Francisco e Igreja de Nossa Senhora da Guia, Sé a)	Decreto n.º 47 508, de 24 de Janeiro de 1967
Castelo de São Sebastião, Castelinho, Conceição a)	Decreto n.º 47 508, de 24 de Janeiro de 1967
Convento e Igreja de São Gonçalo, Sé a)	Decreto n.º 516/71, de 22 de Novembro
Igreja do Colégio da Companhia de Jesus, Sé a)	Decreto n.º 735/74, de 21 de Dezembro
Igreja da Misericórdia, Sé a)	Decreto n.º 95/78, de 12 de Setembro
Palácio Bettencourt, Sé a)	Resolução n.º 28/80, de 29 de Abril

Palácio dos Capitães Gerais, Sé a)	Resolução n.º 28/80, de 29 de Abril
Ermida e Solar de Nossa Senhora dos Remédios, Conceição a)	Portaria n.º 14/78, de 14 de Março; Resolução n.º 28/80, de 29 de Abril
Santuário de Nossa Senhora da Conceição (Igreja Paroquial), Conceição a)	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Convento de Santo António dos Capuchos, São Bento a)	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Igreja, Claustro e Sacristia do antigo Convento das Concepcionistas; Conceição a)	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Capela e Solar da Madre de Deus; Santa Luzia a)	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Prédio na Rua da Sé, 190-198 (Casa de D. Violante do Canto); Sé a)	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Prédio na Rua do Salinas, 50-60; Sé a)	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Prédio na Rua de Jesus, 10; Sé a)	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Palácio Vila-Flor, Rua Direita, 111-121; Sé a)	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Paços do Concelho de Angra, Sé a)	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Antigo Hospital Militar da Boa Nova, Sé a)	Resolução n.º 98/80, de 16 de Setembro
Palacete Silveira e Paulo, Rua da Conceição, s/n, Conceição a)	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Solar de Santa Catarina, Rua Capitão João d'Ávila s/n, São Pedro	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Fontanário Armoriado do Rossio, vila de São Sebastião	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Teatro Angrense, Sé a)	Resolução n.º 152/89, de 5 de Dezembro
Palácio de São Pedro (Solar dos Condes Sieuve de Meneses), com seus logradouros, jardins, portões e império; Rua de São Pedro, 196-216; São Pedro a)	Resolução n.º 96/95, de 22 de Junho
Solar dos Portões de S. Pedro, localizado aos Portões de São Pedro, n.º 6, São Pedro	Resolução n.º 189/98, de 6 de Agosto
Casa Henrique de Castro, Caminho de Baixo, São Pedro	Resolução n.º 219/98, de 5 de Novembro
Quinta da Estrela, Caminho de Baixo, São Pedro	Resolução n.º 175/99, de 18 de Novembro

a) Classificação consumida por inclusão na Zona Classificada de Angra do Heroísmo.



**Concelho de Angra do Heroísmo – Imóveis de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
Igreja de São João Baptista do Castelo, Fortaleza e Muralhas, Sé a)	Decreto n.º 32 973, de 18 de Agosto de 1943
Igreja Matriz de São Sebastião, São Sebastião	Decreto n.º 38 147, de 5 de Janeiro de 1951
Ermida de Nossa Senhora da Boa Nova, Sé a)	Decreto n.º 44 675, de 9 de Novembro de 1962
Ermida do Espírito Santo, Sé a)	Decreto n.º 45 327, de 25 de Outubro de 1963
Convento São Francisco e Igreja de Nossa Senhora da Guia, Sé a)	Decreto n.º 47 508, de 24 de Janeiro de 1967
Castelo de São Sebastião, Castelinho, Conceição a)	Decreto n.º 47 508, de 24 de Janeiro de 1967
Convento e Igreja de São Gonçalo, Sé a)	Decreto n.º 516/71, de 22 de Novembro
Igreja do Colégio da Companhia de Jesus, Sé a)	Decreto n.º 735/74, de 21 de Dezembro
Igreja da Misericórdia, Sé a)	Decreto n.º 95/78, de 12 de Setembro
Palácio Bettencourt, Sé a)	Resolução n.º 28/80, de 29 de Abril
Palácio dos Capitães Gerais, Sé a)	Resolução n.º 28/80, de 29 de Abril
Ermida e Solar de Nossa Senhora dos Remédios, Conceição a)	Portaria n.º 14/78, de 14 de Março; Resolução n.º 28/80, de 29 de Abril
Santuário de Nossa Senhora da Conceição (Igreja Paroquial), Conceição a)	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Convento de Santo António dos Capuchos, São Bento a)	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Igreja, Claustro e Sacristia do antigo Convento das Concepcionistas; Conceição a)	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Capela e Solar da Madre de Deus; Santa Luzia a)	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Prédio na Rua da Sé, 190-198 (Casa de D. Violante do Canto); Sé a)	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Prédio na Rua do Salinas, 50-60; Sé a)	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Prédio na Rua de Jesus, 10; Sé a)	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Palácio Vila-Flor, Rua Direita, 111-121; Sé a)	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Paços do Concelho de Angra, Sé a)	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Antigo Hospital Militar da Boa Nova, Sé a)	Resolução n.º 98/80, de 16 de Setembro
Palacete Silveira e Paulo, Rua da Conceição, s/n, Conceição a)	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Solar de Santa Catarina, Rua Capitão João d'Ávila s/n, São Pedro	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Fontanário Armoriado do Rossio, vila de São Sebastião	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Teatro Angrense, Sé a)	Resolução n.º 152/89, de 5 de Dezembro
Palácio de São Pedro (Solar dos Condes Sieuve de Meneses), com seus logradouros, jardins, portões e império; Rua de São Pedro, 196-216; São Pedro a)	Resolução n.º 96/95, de 22 de Junho
Solar dos Portões de S. Pedro, localizado aos Portões de São Pedro, nº 6, São Pedro	Resolução n.º 189/98, de 6 de Agosto
Casa Henrique de Castro, Caminho de Baixo, São Pedro	Resolução n.º 219/98, de 5 de Novembro
Quinta da Estrela, Caminho de Baixo, São Pedro	Resolução n.º 175/99, de 18 de Novembro

a) Classificação consumida por inclusão na Zona Classificada de Angra do Heroísmo.

## Concelho de Angra do Heroísmo – Imóveis de Interesse Municipal

Bem classificado	Diploma
Til ( <i>Ocotea foetens</i> (Aiton) Benth. et Hook. f.), Canada de Belém, Terra-Chã	Despacho publicado no Diário do Governo n.º 155, II Série, de 6 de Julho de 1966
Eucalipto ( <i>Eucalyptus robusta</i> Sm.), Mata das Veredas, Posto Santo	Despacho publicado no Diário do Governo n.º 130, II Série, de 3 de Junho de 1967
Maciço de 10 eucaliptos ( <i>Eucalyptus diversicolor</i> F. v. Muell.), Monte Brasil, Sé a)	Despacho publicado no Diário do Governo n.º 80, II Série, de 3 de Abril de 1968
Ermida do Cruzeiro, Cruzeiro, Conceição a)	Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro
Prédio na Rua do Cruzeiro, 28-32, Conceição a)	Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro
Prédio na Rua do Cruzeiro, 34-40, Conceição a)	Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro
Prédio na Rua da Garoupinha, 2, Conceição a)	Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro
Prédio na Rua da Garoupinha, 21-25, Conceição a)	Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro
Prédio na Rua da Garoupinha, 42-44, Conceição a)	Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro
Prédio na Rua de Jesus, 10; Sé a)	Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro
Prédio na Rua do Rego, 14; Santa Luzia a)	Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro
Prédio na Rua do Rego, 78-82; Santa Luzia, a)	Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro
Prédio na Carreira dos Cavalos, 9-13; Sé a)	Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro
Prédio na Carreira dos Cavalos, 25-27, Sé a)	Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro
Prédio na Carreira dos Cavalos, 27A-29, Sé a)	Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro
Prédio na Carreira dos Cavalos, 55-59A, Sé a)	Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro
Prédio na Carreira dos Cavalos, 61-65, Sé a)	Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro
Prédio na Rua de Santo Espírito, 71, Conceição a)	Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro
Sobreiro ( <i>Quercus suber</i> L.), Largo da Igreja, Posto Santo	Decreto Legislativo Regional n.º 7/85/A, de 29 de Maio
Consistório da Santa Casa da Misericórdia da vila de S. Sebastião (Casa de Francisco Ferreira Drumond), vila de São Sebastião	Resolução n.º 221/96, de 26 de Setembro
Moinho de Vento do Outeiro Alto, Doze Ribeiras	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento da Ladeira do Alves, Serreta	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento da Canada João Pacheco, Porto Judeu	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água da Estrada Pêro de Barcelos, Conceição a)	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água da Ladeira de São Francisco n.º 4, Conceição a)	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água da Ribeira do Frei João, São Sebastião	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água do Rochão da Cruz, São Sebastião	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água de São João de Deus, Santa Luzia	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água da Nasce Água, Conceição	Resolução n.º 79/97, de 10 de Abril
Moinho de Vento do Cabo do Raminho, Raminho	Resolução n.º 90/2000, de 4 de Maio
Casa dos Corvelos, Caminho para Belém, 18-20; Terra-Chã	Resolução n.º 38/2002, de 14 de Fevereiro

a) Classificação consumida por inclusão na Zona Classificada de Angra do Heroísmo.

**Concelho de Praia da Vitória – Imóveis de Interesse Público**

Bem classificado	Diploma
Edifício dos Paços do Concelho, Santa Cruz	Decreto n.º 36 383, de 23 de Junho de 1947
Forte de Santa Catarina do Cabo da Praia, Cabo da Praia	Resolução n.º 28/80, de 29 de Abril
Igreja Matriz de Santa Cruz, Santa Cruz	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Igreja Paroquial de Santa Beatriz das Quatro Ribeiras, Quatro Ribeiras	Resolução n.º 98/80, de 16 de Setembro
Casa do Castelhana, Caldeira, Lajes	Resolução n.º 140/2001, de 4 de Outubro

**Concelho de Praia da Vitória – Imóveis de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
Incenso ( <i>Pittosporum undulatum</i> Vent.), situado na propriedade denominada “Terças”, Agualva	Despacho publicado no Diário do Governo, II Série, n.º 146, de 21 de Junho de 1968
Moinho de Vento da Ponta Negra, Biscoitos	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento da Rua dos Boiões, Biscoitos	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento do Vale Farto, Santa Cruz	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água do Caminho do Mar, Quatro Ribeiras	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água (propriedade de Manuel Toledo Valadão), Rua dos Moinhos, Agualva	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água do Terreiro do Santo, Vila Nova	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro

**Ilha Graciosa****Concelho de Santa Cruz – Conjunto de Interesse Público**

Bem classificado	Diploma
Zona Classificada da Vila de Santa Cruz da Graciosa	Decreto Legislativo Regional n.º 10/88/A, de 30 de Março

**Concelho de Santa Cruz – Imóveis de Interesse Público**

Bem classificado	Diploma
Ermida de Nossa Senhora da Guia, S. Mateus, Vila da Praia	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Igreja Matriz de Santa Cruz da Graciosa, Santa Cruz a)	Resolução n.º 58/96, de 4 de Abril

a) Classificação consumida por inclusão na Zona Classificada da Vila de Santa Cruz.

**Concelho de Santa Cruz – Imóveis de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
Casa dos Capitães Mores, Canada de Santana, Lagoa, São Mateus, Vila da Praia	Resolução n.º 147/95, de 10 de Agosto
Moinho de Vento (propriedade de Manuel S. Bettencourt), Arrabalde, Santa Cruz	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro

Moinho de Vento (propriedade de Manuel Tomás P. Cunha), Vitória, Guadalupe	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade de Manuel Vasconcelos Moniz), Rochela, São Mateus, Vila da Praia	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade de João Maria da Cunha Moniz), Rochela, São Mateus, Vila da Praia	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade da Câmara Municipal), Caminho de Cima, Luz	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento das Fontes, Santa Cruz	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade de João Carlos Bettencourt), Fontes, Santa Cruz	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade da Santa Casa da Misericórdia), Pico das Mentiras, Santa Cruz	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade Luís Correia do Carmo Bettencourt), Corpo Santo, Santa Cruz	Resolução n.º 79/97, de 10 de Abril
Moinho de Vento (propriedade de João Luís Bettencourt de Melo e Silva), Rochela, São Mateus, Vila da Praia	Resolução n.º 76/98, de 16 de Abril
Moinho de Vento, Rua Fontes Pereira de Melo, Luz	Resolução n.º 40/2000, de 2 de Março

### Ilha de São Jorge

#### Concelho de Santa Cruz – Imóveis de Interesse Público

Bem classificado	Diploma
Igreja de Santa Bárbara, Manadas	Decreto n.º 37 728, de 5 de Janeiro de 1950
Paços do Concelho, Câmara Municipal de Velas, Velas	Resolução n.º 64/84 de 30 de Abril

#### Concelho de Velas – Imóveis de Interesse Municipal

Bem classificado	Diploma
Moinho de Vento (propriedade de Rosa Maria Ferreira da Silva Soares), Urzelina	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade de José Correia Rosa), Queimada, Santo Amaro	Resolução n.º 227/98, de 5 de Novembro
Moinho de Vento das Ladeiras, Manadas	Resolução n.º 38/2000, de 2 de Março
Casa dos Mistérios, Boa-Hora, Santo Amaro	Resolução n.º 130/2000, de 17 de Agosto
Moinho de Vento (propriedade de João Fernando Soares Pereira), Beira,	Resolução n.º 65/2001, 17 de Maio

**Concelho de Calheta – Imóveis de Interesse Público**

Bem classificado	Diploma
Casa dos Tiagos e ermida anexa, Topo	Resolução n.º 7/99, de 11 de Fevereiro

**Concelho de Calheta – Imóveis de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
Solar dos Noronhas, logradouros, capela e construções anexas (granel, eira e cisterna), Ribeira Seca	Resolução n.º 146/95, de 10 de Agosto
Casa Gaspar da Silva, Ribeira Seca	Resolução n.º 191/98, de 6 de Agosto
Moinho de Água (propriedade de José dos Santos Borges), Caldeira de Cima, Ribeira Seca	Resolução n.º 223/98, de 5 de Novembro
Moinho de Água (propriedade de Helena Leonor Silveira), Canada da Saudade, Ribeira Seca	Resolução n.º 225/98, de 5 de Novembro
Moinho de Água (propriedade de João Evangelista Oliveira), Pico da Forca, Topo	Resolução n.º 226/98, de 5 de Novembro
Moinho de Água da Fajã de S. João, Santo Antão	Resolução n.º 10/2000, de 27 de Janeiro
Moinho de Vento (propriedade de João Azevedo Quadro), Fajã Grande, Calheta	Resolução n.º 37/2000, de 2 de Março
Moinho de Vento (propriedade de João Bernardo Nascimento), Fajã Grande, Calheta	Resolução n.º 39/2000, de 2 de Março

**Ilha do Pico****Concelho da Madalena – Imóveis de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
Moinho de Vento da Canada do Monte, Criação Velha	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade de Manuel Cristiano Fraga Bettencourt e Simas), Monte, Candelária	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade de Paulo Luís Lopes Machado Ávila), Terra do Pão, São Caetano	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade da Câmara Municipal da Madalena), Porto, Madalena	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Casa do Verdelho ou Solar das Salemas, com lagar, poço de maré, lago, logradouro e miradouro, Ramal da Areia Larga, Madalena	Resolução n.º 117/99, de 8 de Julho
Casa dos Limas, Vila Formosa, Areia Larga, Madalena	Resolução n.º 105/2001, de 2 de Agosto

**Concelho de São Roque – Imóveis de Interesse Público**

Bem classificado	Diploma
Convento de São Pedro de Alcântara, S. Roque	Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro

**Concelho de São Roque – Imóveis de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
Casa das Barcas, Cais do Pico, s/n, localizado em frente à rampa de varagem do antigo porto, São Roque	Resolução n.º 145/95, 10 de Agosto
Solar dos Salgueiros, lugar do Lajido, Santa Luzia	Resolução n.º 221/96, 26 de Setembro
Moinho de Vento (propriedade de Manuel José Peixoto Baptista Simas), Ponto do Moinho, São Roque	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade de Maria José da Silva Simas Madruga Gomes), São Vicente, Santo António	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água (propriedade de José da Rosa Borges), Ladeira dos Moinhos, São Roque	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água (propriedade de Manuel S. Alvernaz), Ladeira dos Moinhos, São Roque	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água (propriedade de José Manuel Garcia Ávila), Ladeira dos Moinhos, São Roque	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água (propriedade de Maria Pinheiro Ávila de Freitas), Ladeira dos Moinhos, São Roque	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água do Arisco, Lugar do Moinho, São Roque	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água (propriedade de José Maria Dias Machado), Ladeira dos Moinhos, São Roque	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro

**Concelho das Lajes do Pico – Imóveis de Interesse Público**

Bem classificado	Diploma
Forte de Santa Catarina (também conhecido por Castelo de Santo António), Vila das Lajes do Pico	Decreto n.º 95/78, de 12 de Setembro
Igreja e Convento de São Francisco das Lajes, Vila das Lajes do Pico	Resolução n.º 28/80, de 29 de Abril
Museu dos Baleeiros (conjunto dos 3 barracões baleeiros e oficinas de ferreiro anexas), Rua da Pesqueira, Vila das Lajes do Lajes	Portaria n.º 23/77, de 20 de Agosto; Resolução n.º 28/80, de 29 de Abril
Ermida de São Pedro, Vila das Lajes do Pico	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril

**Concelho de Lajes do Pico – Imóveis de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
Moinho de Vento (propriedade de Manuel Inácio Silva), Canada Alferes José Pereira, São João	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade Higinio Guisado Espada), Ponta Rasa, São João	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade Alexandrina Maria Ávila Diniz Azevedo), Silveira, Lajes	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade de António Joaquim Andrade André), Calheta de Nesquim	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade de José António Simas), Santa Cruz das Ribeiras, Ribeiras	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água (propriedade de José Jorge Bettencourt), Ribeiras, Ribeiras	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água (propriedade de Manuel Natalino Macedo Pimentel), Ribeiras, Ribeiras	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Imóvel da Rua Capitão-Mor Garcia Madruga, Lajes	Resolução n.º 190/98, de 6 de Agosto
Antiga Fábrica da Baleia das Lajes e sua rampa de varagem, Lajes	Resolução n.º 66/2001, de 17 de Maio

**Ilha do Faial****Concelho de Horta – Imóveis de Interesse Público, Monumento Regional e Monumento Nacional**

Bem classificado	Diploma
Forte de Santa Cruz, Matriz	Decreto n.º 36 383, de 28 de Junho de 1947

**Concelho de Horta – Imóveis de Interesse Público e Monumento Regional**

Bem classificado	Diploma
Edifício sede da Assembleia Legislativa Regional, Matriz	Decreto Legislativo Regional n.º 17/92/A, de 13 de Agosto

**Concelho de Horta – Imóveis de Interesse Público**

Bem classificado	Diploma
Igreja de São Francisco, Matriz	Decreto n.º 42 007, de 6 de Dezembro de 1958
Colégio dos Jesuítas da Horta e respectiva Igreja, Matriz	Resolução n.º 41/80, de 11 de Junho
Capela de Nossa Senhora da Guia, Monte da Guia, Angústias	Decreto Regulamentar Regional n.º 13/84/A, de 31 de Março
Castelo da Greta, Angústias	Decreto Regulamentar Regional n.º 13/84/A, de 31 de Março

Muralha Fortificada do Século XVII, Porto Pim, Angústias	Decreto Regulamentar Regional n.º 13/84/A, de 31 de Março
Casas de Amarração dos Cabos Submarinos, Porto Pim, Angústias	Decreto Regulamentar Regional n.º 13/84/A, de 31 de Março
Antiga Casa e lagar da Família Dabney, Monte da Guia, Angústias	Decreto Regulamentar Regional n.º 13/84/A, de 31 de Março
Miradouro da Casa dos Dabney, Monte da Guia, Angústias	Decreto Regulamentar Regional n.º 13/84/A, de 31 de Março
Antiga Fábrica da Baleia, Porto Pim, Angústias	Decreto Regulamentar Regional n.º 13/84/A, de 31 de Março
Bombardeira (Fortificação do Século XVII), Porto Pim, Angústias	Decreto Regulamentar Regional n.º 13/84/A, de 31 de Março
Reduto da Patrulha (Forte), Angústias	Decreto Regulamentar Regional n.º 13/84/A, de 31 de Março
Castelo de São Sebastião, Angústias	Decreto Regulamentar Regional n.º 13/84/A, de 31 de Março
Torre de vigia à entrada da Baía do Porto Pim, Angústias	Decreto Regulamentar Regional n.º 13/84/A, de 31 de Março
Edifício Sede da Sociedade "Amor da Pátria", Rua D. Pedro IV, Matriz	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril
Teatro Faialense, Matriz	Resolução n.º 152/89, de 5 de Dezembro

**Concelho de Horta – Imóveis de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
5 dragoeiros ( <i>Dracaena draco</i> L.) sitos no Jardim Florêncio Terra, Matriz	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
Araucária ( <i>Araucaria heterophylla</i> (Salisb.) Franco) no Jardim Florêncio Terra, Matriz	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
2 araucárias ( <i>Araucaria heterophylla</i> (Salisb.) Franco) no Cemitério do Carmo, Matriz	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
Araucária ( <i>Araucaria heterophylla</i> (Salisb.) Franco) na Canada das Dútras,	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
Araucária ( <i>Araucaria heterophylla</i> (Salisb.) Franco) na Rua do Arco, Matriz	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
Ombú ( <i>Phytolacca dioica</i> L.) na Rua Cônsul Dabney, Matriz	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
Ombú ( <i>Phytolacca dioica</i> L.) na "Cedars House", Rua Cônsul Dabney, Matriz	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
3 araucárias ( <i>Araucaria heterophylla</i> (Salisb.) Franco) na Colónia Inglesa, Matriz	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro



Araucária ( <i>Araucaria heterophylla</i> (Salisb.) Franco) no logradouro do Hotel Fayal, Angústias	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
Araucária ( <i>Araucaria heterophylla</i> (Salisb.) Franco), cruzamento da ER 1-1.º (Espalamaca) com a ER 1-2.ª (Lomba), Conceição	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
Araucária ( <i>Araucaria heterophylla</i> (Salisb.) Franco) na Praceta Luís de Camões, Av. 25 de Abril, Conceição	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
3 araucárias ( <i>Araucaria heterophylla</i> (Salisb.) Franco) na Praça da República, Matriz	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
Araucária ( <i>Araucaria heterophylla</i> (Salisb.) Franco) no Largo Duque de Ávila e Bolama, Matriz	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
2 araucárias ( <i>Araucaria heterophylla</i> (Salisb.) Franco) na Rua Eduardo Bulcão, Matriz	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
Dragoeiro ( <i>Dracaena draco</i> L.), jardins da Bagatelle, Rua de S. Paulo, Matriz	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
Dragoeiro ( <i>Dracaena draco</i> L.), Rua Médico Avelar, 23, Matriz	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
Dragoeiro ( <i>Dracaena draco</i> L.), Colónia Alemã, Matriz	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
Araucária ( <i>Araucaria heterophylla</i> (Salisb.) Franco), Colónia Alemã, Matriz	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
Dragoeiro ( <i>Dracaena draco</i> L.), Escola Secundária Manuel de Arriaga, Matriz	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
Araucária ( <i>Araucaria heterophylla</i> (Salisb.) Franco), Rua Conselheiro Medeiros, 2, Matriz	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
Araucária ( <i>Araucaria heterophylla</i> (Salisb.) Franco), Rua Vasco da Gama, 42, Matriz	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
Araucária ( <i>Araucaria heterophylla</i> (Salisb.) Franco), Adro da Igreja das Angústias, Angústias	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
Araucária ( <i>Araucaria heterophylla</i> (Salisb.) Franco), Rua Conde de Ávila, Relva, Angústias	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
4 palmeiras das Canárias ( <i>Phoenix canariensis</i> Hort. ex Chabaud) no Largo do Infante, Matriz	Decreto Legislativo Regional n.º 28/84/A, de 1 de Setembro
Moinho de Vento (propriedade de Eduardo Manuel Sousa), Canada do Moinho, Angústias	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade de José de Sousa Melo), Cruz da Portela, Feteira	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade de herdeiros de António Pilão), Algar, Feteira	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade de António Mário Sousa), Lombega, Castelo Branco	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade de António Furtado Laranjo), Canada do Capitão, Cedros	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade de Manuel Silveira da Silva), Canada do Moledo, Cedros	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento, Lomba, Conceição	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento, Lomba, Conceição	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento, (propriedade de José Inácio Furtado), Lomba, Conceição	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento, (propriedade da RDP), Espalamaca, Conceição	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade de José Liduíno Alves), Caminho Velho, Pedro Miguel	Resolução n.º 224/98, de 5 de Novembro

**Ilha das Flores****Concelho da Santa Cruz – Imóveis de Interesse Público**

Bem classificado	Diploma
Igreja e claustro do Convento Franciscano de São Boaventura, Santa Cruz	Resolução 98/80, de 16 de Setembro
Casa Pimentel de Mesquita, Santa Cruz	Resolução 152/89, de 5 de Dezembro
Fábrica da Baleia do Boqueirão e respectiva rampa de varagem, Boqueirão, Santa Cruz	Resolução n.º 67/99, de 29 de Abril
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Santa Cruz a)	Resolução n.º 220/98, de 5 de Novembro

a) Reclassificada por força do n.º 5 do artigo 94.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

**Concelho da Santa Cruz – Imóveis de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
Moinho de Água (propriedade de José Gregório Medeiros), Ribeira dos Moinhos, Cedros	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água (propriedade de José Gregório Medeiros), Ribeira dos Moinhos, Cedros	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água (propriedade de José Alexandre Freitas), Ribeira da Fazenda, Santa Cruz	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água (propriedade de Maria Ernestina Santos Andrade), Boa Vista, Santa Cruz	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água (propriedade de José da Silva Espírito Santo), Boa Vista, Santa Cruz	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro

**Concelho das Lajes das Flores – Conjunto de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
Núcleo urbano do Lugar da Cuada, Fajã Grande	Resolução n.º 102/2000, de 6 de Julho

**Concelho das Lajes das Flores – Imóveis de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
Moinho de Água (propriedade de João António Vieira Lourenço), Ribeira Funda, Fazenda	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água (propriedade de Eduardo Lourenço Freitas), Ribeira do Campanário, Lajedo	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água (propriedade de Lídia Lourenço Avelar Eduardo), Cabeço do Outeiro, Fajãzinha	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água (propriedade de Francisco Machado Fortuna), Cabeço do Outeiro, Fajãzinha	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água (propriedade de António Rodrigues Silveira e outro), Ribeira da Alagoa, Fajãzinha	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água (propriedade dos Herdeiros de José Lucas de Fraga), Ribeira das Casas, Fajã Grande	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Água (propriedade dos Herdeiros de Manuel Luís Fraga) Ribeira das Casas, Fajã Grande	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro

**Ilha do Corvo****Concelho do Corvo – Conjunto de Interesse Público**

Bem classificado	Diploma
Núcleo Antigo de Vila do Corvo, Vila do Corvo	Resolução n.º 69/97, de 10 de Abril

**Concelho do Corvo – Conjunto de Interesse Municipal**

Bem classificado	Diploma
Moinho de Vento (propriedade de Fernando Rocha Pimentel), Caminho dos Moinhos, Vila do Corvo	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade de Gregório Rodrigues Domingos), Caminho dos Moinhos, Vila do Corvo	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro
Moinho de Vento (propriedade de Manuel Francisco Hilário), Caminho dos Moinhos, Vila do Corvo	Resolução n.º 234/96, de 3 de Outubro

**Resolução n.º 127/2004****de 9 de Setembro**

O Convento e Igreja dos Franciscanos da cidade da Horta são o testemunho de uma longa presença daquela Ordem mendicante na ilha do Faial desde os primórdios do povoamento dado que o primeiro donatário Jos d'Utra trouxe consigo alguns frades flamengos que aí se estabeleceram e foram, certamente, os primeiros sacerdotes a prestarem auxílio espiritual aos povoadores.

Depois de terem construído um primitivo hospício e logo de seguida um convento e igreja, viram estes destruídos por uma tempestade que ocorreu a 20 de Novembro de 1669.

Assim, por doação de terrenos em parte mais segura da então Vila da Horta os Franciscanos deram início à construção de novo Convento por volta de 1673 com o auxílio das religiosas do convento de S. João Baptista e, sobretudo, do faialense Capitão Simão Luís Carolo que havia conseguido grande fortuna nas Índias Ocidentais.

Com este auxílio os Franciscanos iniciaram a construção da nova Igreja a 11 de Abril de 1696 a qual ficou pronta por volta de 1700, sendo benzida e dedicada no dia 18 de Novembro do mesmo ano.

Atingiu este Convento e Igreja de S. Francisco da Horta o seu máximo esplendor por volta de 1800 contando nessa altura 84 sacerdotes, 12 coristas e 6 leigos.

Veio a ser extinto no ano de 1834 tendo sido, mais tarde, integrado no espólio da Santa Casa da Misericórdia da Horta, onde veio a funcionar um lar de idosos no antigo reduto do Convento.

A Igreja do Convento dos Franciscanos da Horta, hoje propriedade da mesma Santa Casa da Misericórdia, veio a sofrer graves danos com o sismo de 1998 pelo que se torna

urgente a sua recuperação por se tratar de um notável monumento de profundas raízes históricas na ilha do Faial e constitui um precioso exemplar do barroco insular.

Assim, nos termos da alínea *b*) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e dos artigos 7.º e 8.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2000/A, de 30 de Maio, o Conselho do Governo resolve:

1. Autorizar o Director Regional da Cultura a celebrar um contrato-programa com a Santa Casa da Misericórdia da Horta, para o restauro da Igreja do antigo Convento dos Franciscanos da Horta;
2. Assumir uma participação de 75% do valor, incluindo a obra no âmbito da Resolução n.º 133/2002, de 8 de Agosto.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Ponta Delgada, 30 de Agosto de 2004. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.

**Resolução n.º 128/2004****de 9 de Setembro**

Considerando a importância na estrutura produtiva regional dos sectores da agricultura e das pescas;

Considerando a necessidade de rentabilizar elevados investimentos já realizados com apoios Regionais e Comunitários no sector das pescas;